

Memória, Justiça e os Desafios da Democracia: Uma Análise de Espectros da Ditadura

Memory, Justice and the Challenges of Democracy: An Analysis of Espectros da Ditadura

Luiz Eduardo Simões de Souza*

TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo, obra organizada por Edson Teles e Renan Quinalha, surge providencialmente ao debate sobre memória, justiça e democracia no Brasil. Publicada em 2020, a obra se insere em um contexto de crescente preocupação com os retrocessos democráticos e a ascensão de um discurso político que reabilita práticas e ideologias autoritárias, personificadas na figura de Jair Bolsonaro e seu entorno político e social. Ela dialoga com uma série de estudos recentes que buscam compreender os legados da ditadura militar (1964-1985) e seus impactos na sociedade brasileira contemporânea, como *O que Resta da Ditadura* (2010), organizado por Vladimir Safatle e Edson Teles, e *Ditadura e Democracia no Brasil* (2014), de Daniel Aarão Reis Filho. Esses trabalhos, assim como *Espectros da Ditadura*, destacam o caráter crucial de se construir uma democracia brasileira a partir do olhar, do questionamento e da resolução dos traumas passados, mas também apontam para as dificuldades de se alcançar uma justiça histórica em um país marcado pela impunidade e pelo silenciamento das violações de direitos humanos.

O tema da justiça de transição, central na obra, tem sido amplamente discutido no âmbito internacional, com contribuições importantes de autores como Ruti Teitel (2002) e Priscilla Hayner (2010). No entanto, como destacam os

* Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luiz, MA, Brasil. luiz.souza@ufma.br <<https://orcid.org/0000-0002-8817-5379>>

organizadores de *Espectros da Ditadura*, o caso brasileiro apresenta particularidades que desafiam os modelos tradicionais de justiça de transição. A Lei de Anistia de 1979, a falta de responsabilização dos torturadores e a persistência de estruturas autoritárias no Estado democrático são alguns dos fatores que tornam o processo de redemocratização no Brasil incompleto e frágil. A obra, portanto, não apenas analisa os limites da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012, mas também reflete sobre como o legado da ditadura continua a moldar as práticas políticas e sociais no país, especialmente em um contexto de ascensão do bolsonarismo, que reacendeu o debate sobre a apologia à tortura e a defesa do regime militar.

O livro está estruturado em três partes. A primeira parte foca no conceito de “justiça de transição” e em suas limitações no contexto brasileiro, enquanto a segunda dedica-se à análise da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e de seus impactos na democratização do país. Já a terceira parte amplia o escopo da discussão, abordando temas tradicionalmente marginalizados, como violência de Estado, racismo, gênero e questões indígenas, que são fundamentais para uma compreensão mais abrangente dos legados da ditadura. Cabe maior detalhamento.

A primeira parte de *Espectros da Ditadura* dedica-se a uma análise crítica do conceito de “justiça de transição”, destacando como ele foi aplicado de forma limitada e problemática no Brasil. Os autores argumentam que, ao contrário de países como Argentina e Chile, onde houve processos mais robustos de responsabilização dos agentes da ditadura, o Brasil optou por uma transição negociada, marcada pela Lei de Anistia de 1979. Essa lei, que beneficiou tanto perseguidos políticos quanto torturadores, criou um cenário de impunidade que persiste até os dias atuais. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2010, que manteve a validade da Lei de Anistia, é apontada como um dos principais obstáculos para a justiça histórica no país. Essa análise encontra eco em uma vasta produção historiográfica, como os trabalhos de Glenda Mezarobba (2007) e Janaína de Almeida Teles (2005), que já haviam destacado como a transição brasileira foi marcada por pactos políticos que garantiram a impunidade dos agentes da ditadura. Além disso, autores como Michel Misse (2011) e Luiz Antonio Machado da Silva (2010) têm destacado como a impunidade dos agentes da ditadura contribuiu para a militarização da política e a violência de Estado contra grupos marginalizados, especialmente negros, indígenas e pobres.

A segunda parte do livro concentra-se na Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2012 com o objetivo de investigar as graves violações de di-

reitos humanos cometidas durante a ditadura militar. Os autores reconhecem os avanços da CNV, como a coleta de testemunhos, a produção de um relatório final com recomendações para a democratização do país e a abertura de espaços para a escuta das vítimas e seus familiares. No entanto, também apontam para as limitações da Comissão, que foram determinantes para seu impacto reduzido. A falta de autonomia política, o boicote das Forças Armadas e a pressão de setores conservadores da sociedade impediram uma investigação mais profunda e a responsabilização dos culpados. Além disso, o curto prazo de funcionamento da CNV (dois anos) e a ausência de mecanismos para garantir a implementação de suas recomendações são apontados como fatores que limitaram sua efetividade. Essa análise dialoga com estudos como os de Edson Teles (2015) e Renan Quinalha (2013), que já haviam destacado como a CNV foi criada em um contexto de pressões políticas que limitaram seu alcance. Autores como Daniel Aarão Reis Filho (2014) e Carlos Fico (2008) também têm discutido como a CNV, apesar de seus esforços, não conseguiu romper com o ciclo de impunidade e silenciamento que caracteriza a relação do Brasil com seu passado autoritário.

A terceira parte do livro amplia o escopo da discussão, abordando temas tradicionalmente marginalizados nos estudos sobre a ditadura, como violência de Estado, racismo, gênero e questões indígenas. Os autores destacam como essas questões são fundamentais para uma compreensão mais abrangente dos legados do regime militar. Por exemplo, o capítulo de Lucas Pedretti analisa como a violência de Estado, que foi central durante a ditadura, continua a afetar grupos marginalizados na democracia, especialmente a população negra e periférica. Já o capítulo de James N. Green discute a repressão às sexualidades dissidentes durante a ditadura e os desafios enfrentados pelo movimento LGBTQ+ na luta por memória e justiça. A obra também aborda a violência contra povos indígenas e camponeses, destacando como essas violações foram sistematicamente ignoradas, tanto durante a ditadura quanto no período democrático. Essa abordagem encontra ressonância em estudos como os de Flávio dos Santos Gomes (2006) e Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling (2015), que têm destacado como a violência contra povos indígenas e comunidades quilombolas foi sistematicamente ignorada. Ao incorporar essas perspectivas, *Espectros da Ditadura* oferece uma análise mais inclusiva e crítica dos legados da ditadura, apontando para a necessidade de enfrentar não apenas as violações do passado, mas também as desigualdades e injustiças que persistem no presente.

Uma das principais contribuições de *Espectros da Ditadura* é a sua abor-

dagem multifacetada, que integra perspectivas históricas, jurídicas e sociais para refletir sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira. Essa pluralidade de vozes enriquece o debate, permitindo uma compreensão mais abrangente e crítica dos processos de memória, justiça e reparação no Brasil. Além disso, o livro amplia o escopo tradicional dos estudos sobre a ditadura, incorporando temas como gênero, raça e sexualidade, que são fundamentais para uma análise mais inclusiva das violações de direitos humanos cometidas durante o regime militar.

Outra contribuição significativa da obra é a sua análise crítica do bolsonarismo, movimento político que reacendeu o debate sobre a apologia à ditadura e a defesa de práticas autoritárias. Os autores discutem como a ascensão de Jair Bolsonaro representa um retrocesso nos esforços de memória e justiça, com a reativação de discursos e práticas que legitimam a violência de Estado e a impunidade. Essa análise é particularmente relevante no contexto atual, em que o negacionismo histórico e a apologia à ditadura ganharam espaço no debate público. Ao abordar o bolsonarismo, *Espectros da Ditadura* não apenas reflete sobre o passado, mas também ilumina os desafios enfrentados pela democracia brasileira no presente, apontando para a necessidade de enfrentar as estruturas autoritárias que persistem no Estado e na sociedade. Essa análise dialoga com estudos que têm discutido como as estruturas autoritárias da ditadura foram reativadas e reconfiguradas no contexto do bolsonarismo.

É plausível argumentar que a diversidade de autores e abordagens possa resultar em uma certa fragmentação do discurso, dificultando a construção de uma narrativa coesa. Trata-se de um crime imputável a toda obra organizada e de caráter multidisciplinar. Embora a pluralidade de perspectivas seja uma das forças da obra, ela também pode gerar uma certa dispersão, com capítulos que variam em profundidade e foco. É possível também alegar que, apesar de abordar o bolsonarismo, a obra poderia aprofundar mais as conexões entre o legado da ditadura e o cenário político atual. Por exemplo, uma análise mais detalhada sobre como as estruturas autoritárias da ditadura foram reativadas e reconfiguradas no contexto do bolsonarismo poderia oferecer indícios sobre os desafios enfrentados pela democracia brasileira. Mas isso incorreria na perda de seu foco principal, que é o papel da responsabilização cabível por meio da Comissão Nacional da Verdade. Também é muito bem-recebida a construção de uma genealogia que incorpora os direitos fundamentais de populações historicamente vulneráveis, historicamente sonogados pelas instituições brasileiras a seus sujeitos. A luta por memória e verdade deve ser entendida como um processo que transcende o reconhecimento das vítimas do regime militar,

assumindo um caráter estratégico de resistência contra tentativas de apagar ou distorcer a história. A manipulação da memória coletiva constitui-se como uma ferramenta poderosa nas mãos de regimes autoritários e líderes populistas, sendo fundamental desenvolver mecanismos institucionais e sociais que garantam a preservação e a transmissão crítica do passado.

Assim, *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo* consolida-se como uma obra de relevância incontestável para o debate sobre memória, justiça e democracia no Brasil. Ao congregiar distintas perspectivas disciplinares – históricas, jurídicas, filosóficas e ativistas –, o livro transcende a mera reflexão sobre o passado, propondo-se a iluminar os desafios estruturais que permeiam a construção de uma sociedade democrática. *Espectros da Ditadura* não se restringe a uma reflexão sobre o passado, mas aponta para a necessidade de enfrentar as estruturas autoritárias que persistem no presente, condição fundamental para a consolidação de uma democracia substantiva. A questão abordada pela obra transcende a ideia de uma mera reparação histórica, situando-se no cerne de um dos grandes impasses da trajetória de formação da nacionalidade brasileira: a convivência entre desigualdades profundas e a persistência de práticas autoritárias. Resolver esse impasse não é apenas uma questão de justiça, mas um passo indispensável para a construção de um projeto nacional verdadeiramente democrático e inclusivo. Para que este se realize, não basta apenas denunciar as violações do passado ou criticar as práticas autoritárias do presente; é necessário construir alternativas que garantam maior igualdade, transparência e participação popular.

REFERÊNCIAS

- FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HAYNER, Priscilla B. *Unspeakable Truths: Transitional Justice and the Challenge of Truth Commissions*. New York: Routledge, 2010.
- MEZAROBBA, Glenda, *O preço do esquecimento: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile)*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. *Revista de sociologia e política*, Curitiba, v. 19, n. 40, pp. 13-25, 2011.

- QUINALHA, Renan Honório. *Justiça de Transição: Contornos do Conceito*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. São Paulo: Zahar, 2014.
- SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (Orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SILVA, Luiz Antonio Machado da. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, pp. 283-300, maio-ago. 2010.
- TEITEL, Ruti G. *Transitional Justice*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- TELES, Edson. *Democracia e estado de exceção: transição e memória política no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Editora Unifesp, 2015.
- TELES, Edson; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Espectros da Ditadura: da Comissão da Verdade ao Bolsonarismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- TELES, Janaina de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por verdade e justiça no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.